

O que muda no pacote da dívida

GAZETA

por Cláudia Safatle de Brasília

(Continuação da 1ª página)

"spreads" negociados pela atual gestão econômica não avançam em relação ao "modelo mexicano". Pelo contrário, a taxa média deverá ficar ligeiramente superior ao 1,125% obtido pelo México, já que os termos básicos firmados pelo comitê assessor indicam que os débitos do setor privado serão rolados com uma taxa de risco de 1,250% e os do setor público, de 1,125%, resultando numa taxa média ao redor de 1,625%.

Não se pensa em solicitar dinheiro novo para este ano. Esta decisão do governo brasileiro não invalida a possibilidade de "new money" nos demais anos do acordo plurianual e traz implícita a esperança de os bancos internacionais voltarem a operar com empréstimos voluntários com o Brasil. "Há sinais de que, com um bom programa de ajustamento, os bancos voltem a emprestar", anunciou uma fonte qualificada do governo que esteve em Washington e em Nova York nesta primeira visita oficial do ministro da Fazenda.

Também causou surpresa para os funcionários brasileiros a receptividade do Fundo à mudança do acordo "extended fund facility" para o "stand-by" de dezoito meses. Quando esta alternativa, aventada pelo ministro da Fazenda, foi discutida com o representante do Brasil no FMI, Alexandre Kafka, em março último, Kafka alertou-o para os riscos de tal solicitação ser mal-entendida pelos bancos, à medida que implicava apagar todos os compromissos anteriores. Mas o FMI foi acessível e não colocou obstáculos a esse novo instrumento de aval.

MONITORAMENTO

Entre outros pontos que o governo reabriu na negociação junto aos bancos internacionais credores do País, dois são considerados da maior importância: a questão do monitoramento do Fundo até o ano 2000 e o "relending" (reempréstimo) dos recursos dos projetos 1 e 2 das fases 1 e 2 de renegociação. "Este esquema do 'relending' constitui um ponto que consideramos não tranquilo", adian-

tou a fonte oficial, "pois os bancos desejam o máximo de flexibilidade e o governo quer maior disciplina por causa dos impactos que esses recursos trazem à política monetária", argumentou.

Na conversa com os técnicos brasileiros, o Fundo mostrou-se preocupado com o controle de preços. Dornelles explicou sua estimativa de 200% de inflação para o final do ano, o que significaria uma taxa anualizada de 150%, se calculada com os índices mensais dos últimos três meses, e garantiu que o controle de preços é um instrumento temporário.

O que muda no pacote da dívida

por Cláudia Safatle de Brasília

A nova carta de intenção do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI), a primeira do acordo "stand-by", somente será aprovada pela instituição em final de agosto ou início de setembro. Até lá as contas externas do País estarão sob o regime de prorrogação dos termos da Fase II ("standstill").

O programa de renegociação plurianual da dívida externa brasileira, porém, será montado nesse período e somente entrará em vigor após a aprovação da carta de intenção brasileira pelo "board" do FMI, no segundo semestre. Esse pacote, em parte negociado pelo governo anterior, já apresenta, de todo modo, alguns ingredientes novos.

O montante a ser reescalonado até o ano 2000 não atinge mais US\$ 45,3 bilhões, como previa a gestão anterior. Os bancos credores não concordam em incluir no pacote plurianual algumas operações, como as de "lease-back", deixando de fora a rolagem de US\$ 400 milhões contraídos pelo Projeto Tubarão, entre outras operações. O valor final deve ficar pouco superior a US\$ 40 bilhões, reescalonados por dezesseis anos.

Também junto aos bancos credores internacionais, o governo brasileiro está propondo a eliminação gradual do Projeto 4 — de linhas interbancárias —, transferindo os recursos que transitavam nesse projeto para o Projeto 3, de linhas comerciais. Ou seja, o interbancário seria saldado e, em contrapartida, os bancos subscreveriam as "trade facilities".

Em princípio, os

(Continua na página 14)